

Miséria seria três vezes menor

■ Dinheiro mataria fome de 20 milhões de brasileiros

CLAUDIA BOECHAT

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, teria três vezes menos trabalho pela frente, na campanha de combate à fome, se o governo brasileiro não tivesse mandado para o exterior US\$ 130,1 bilhões, como pagamento de juros e serviços da dívida externa nos últimos nove anos. Se esse dinheiro tivesse sido gasto com o pagamento de salários mínimos mensais aos brasileiros que nem isto recebem, em vez de 32 milhões de pessoas vivendo abaixo

da linha de pobreza absoluta, o Brasil teria 12 milhões de famintos. O dinheiro que escoou para fora do país nesse período seria suficiente para pagar salários mínimos a 20 milhões de pessoas durante esses nove anos. Em área sociais importantes como Saúde, Educação, Saneamento e Cultura, o governo investiu, na década, menos da metade (US\$ 57,5 bilhões) do que pagou ao exterior.

Esses números são do Ministério da Fazenda e do Banco Central, e as contas foram feitas pelo deputado federal Carlos Luppi (PDT-RJ), que assim consegue mostrar, na ponta do lápis, uma parte das tais "perdas internacionais" que seu líder, o governador

do Rio, Leonel Brizola, tanto critica. Ou seria mais um dos "ralos da República" a que se refere, com frequência, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso? Luppi descobriu, por exemplo, que o presidente "mais entreguista" da década — o que fez os maiores pagamentos externos — foi José Sarney, especialmente no ano de 1988, quando a receita arrecadada líquida foi de US\$ 21,1 bilhões e foram pagos US\$ 20,3 bilhões de juros e amortizações da dívida externa.

No mesmo ano de 1988, o governo investiu apenas US\$ 2,2 bilhões em Educação e Cultura, US\$ 558 milhões em Saúde e Saneamento e US\$ 503 milhões em

programas especiais de saúde, como vacinação infantil. "Em 1990, ano do Plano Collor, foi a primeira vez na História do Brasil em que se pagaram mais amortizações do que juros (US\$ 3,4 bilhões de juros e US\$ 4,6 bilhões de amortizações)", constata o deputado. Luppi aponta ainda um curioso fenômeno do governo Collor: "No ano do confisco, tivemos também a maior receita arrecadada líquida da história (US\$ 126,5 bilhões). Também foi quando se gastou mais com Saúde e Saneamento (US\$ 14,4 bilhões). Leia-se: obras, esquema PC. Naquele ano, se gastou sete vezes mais com obras do que com Educação", afirmou.